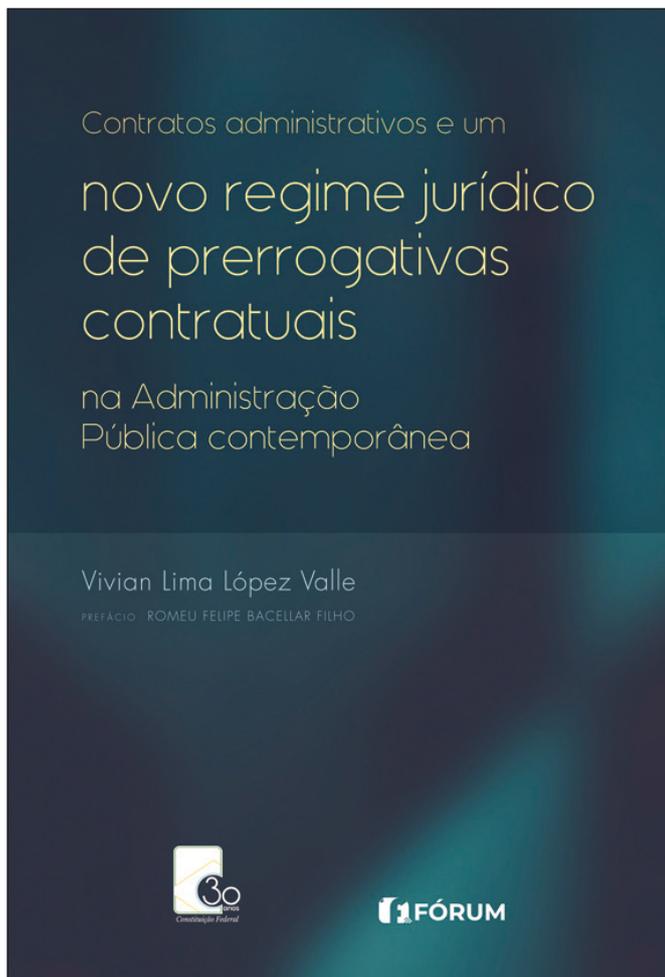


Vivian Lima López Valle



**CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS
E UM NOVO REGIME
JURÍDICO DE
PRERROGATIVAS
CONTRATUAIS NA
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA
CONTEMPORÂNEA**

**Da unilateralidade ao
consenso e do consenso à
unilateralidade na relação
contratual administrativa**

A obra trata de um novo regime contratual da Administração Pública, pensado a partir do aumento de complexidade nas contratações públicas e da necessidade de reposicionamento do regime de unilateralidade nos contratos administrativos num ambiente de paridade. A obra apresenta um princípio de eleição entre o direito público e o direito privado e o enquadramento das prerrogativas como cláusulas de aplicação episódica e subsidiária, e não como elemento intrínseco na relação contratual. E também sustenta a extinção do regime geral de prerrogativas estabelecido na Lei nº 8666/93, substituindo-o por um regime específico contrato a contrato, propondo a adoção de mecanismos consensuais de solução de litígios e a aplicação subsidiária de prerrogativas.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

**DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO
PÚBLICO, DIREITO ECONÔMICO**

Público-alvo/consumidores

**ADVOGADOS, PROFESSORES, ESTUDANTES,
ADMINISTRADORES PÚBLICOS, E
OPERADORES DO DIREITO EM GERAL.**

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001470

| | | |
|----------|--|--------------------|
| V181c | Valle, Vivian Lima López Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na Administração Pública contemporânea: da unilateralidade ao consenso e do consenso à unilateralidade na relação contratual administrativa / Vivian Lima López Valle. - Belo Horizonte : Fórum, 2018. 288p. ; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-85-450-0532-2 1. Direito. 2. Contratos administrativos. 3. Regime jurídico. 4. Administração pública. 5. Relação contratual administrativa. I. Título. | CDD 342 CDU 342 |
| 2018-611 | | |

Vivian Lima López Valle é Doutora e Mestre em Direito do Estado pela UFPR. Especialista em Direito Administrativo pelo IBEJ. Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra. Professora Titular de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Coordenadora Adjunta do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| PREFÁCIO | |
| Romeu Felipe Bacellar Filho | 17 |
| INTRODUÇÃO | 21 |
| PARTE I | |
| A TEORIA TRADICIONAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E AS PRERROGATIVAS COMO ELEMENTO ESTRUTURADOR DO INTERESSE PÚBLICO NA RELAÇÃO CONTRATUAL ADMINISTRATIVA | 31 |
| CAPÍTULO 1 | |
| O enquadramento da relação contratual administrativa como expressão de potestade pública e de unilateralidade..... | 33 |
| CAPÍTULO 2 | |
| O regime geral de prerrogativas dos contratos administrativos no direito brasileiro e sua sustentação no princípio da supremacia do interesse público | 47 |
| CAPÍTULO 3 | |
| Prerrogativas públicas como elemento estruturador da visão do contratado como litigante e a (in)segurança jurídica no contrato | 61 |
| PARTE II | |
| CRISE E CRÍTICA AO MODELO CONTRATUAL DE AUTORIDADE: A INSUFICIÊNCIA DA UNILATERALIDADE FRENTE AOS DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA | 71 |
| CAPÍTULO 1 | |
| A interpenetração público-privado nos contratos administrativos, a crise da noção de autoridade e a relação jurídica como novo conceito central..... | 75 |
| CAPÍTULO 2 | |
| Aumento de complexidade contratual, a unilateralidade como desvantagem jurídica e econômica e a consensualidade como elemento de equilíbrio entre coordenação, cooperação e subordinação | 105 |
| CAPÍTULO 3 | |
| O deslocamento da posição de subordinação no contrato administrativo: superioridade do interesse público em contraponto à superioridade da Administração Pública..... | 127 |
| PARTE III | |
| CONSENSUALISMO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARITÁRIA E RELACIONAL | 143 |
| CAPÍTULO 1 | |
| Cooperação e relações contratuais multilaterais e relacionais: a construção de uma teoria contratual administrativa menos focada na colisão entre interesses públicos e privados e mais voltada à visão do contratado como parceiro | 145 |
| CAPÍTULO 2 | |
| Regime jurídico definido por um princípio de eleição entre o direito público e o direito privado e enquadramento das prerrogativas como cláusulas de aplicação episódica e não como elemento intrínseco na relação contratual relacional..... | 161 |

| | |
|---|-----|
| CAPÍTULO 3 | |
| A adoção da arbitragem nas relações contratuais administrativas e os direitos patrimoniais disponíveis | 183 |
| PARTE IV | |
| REPOSICIONAMENTO DO REGIME JURÍDICO DE PRERROGATIVAS CONTRATUAIS E A VISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO | 199 |
| CAPÍTULO 1 | |
| Contrato administrativo, mutabilidade e as novas funções no setor público..... | 203 |
| CAPÍTULO 2 | |
| Um novo modelo de contratualização administrativa: ambiente de igualdade assimétrica e de equilíbrio de posições jurídicas contratuais..... | 225 |
| CAPÍTULO 3 | |
| Um novo regime jurídico para os contratos administrativos: aplicação subsidiária da condição de autoridade, inexistência de um regime geral de prerrogativas e enquadramento do contrato administrativo como instrumento de desenvolvimento | 235 |
| CONCLUSÃO | 273 |
| REFERÊNCIAS | 277 |